

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

DANIELA DIESEL

**A POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR E A OFERTA DO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS**

Porto Alegre
2012

DANIELA DIESEL

**A POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR E A OFERTA DO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Baptista

Porto Alegre
2012

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo descrever e analisar a política de inclusão escolar da Rede Municipal de Ensino de Estrela/RS, com especial atenção dirigida à constituição do atendimento educacional especializado em educação especial voltado aos alunos com deficiência. Para tanto, houve um resgate histórico da educação no município e a descrição dos serviços de apoio educacional especializado nesta rede municipal de ensino. O estudo é de caráter qualitativo e pautou-se na análise de documentos legais da Secretaria Municipal de Educação, bem como no desenvolvimento de entrevistas com profissionais vinculados à gestão e à atuação nesses serviços. De acordo com o censo escolar de 2011 o número de alunos público alvo da educação especial no município é 330 matriculados na educação básica. Destes, 52 estão matriculados na rede municipal de ensino. O desenvolvimento da pesquisa mostrou que estes alunos possuem atendimento educacional especializado oferecido pelo município e por uma instituição privada filantrópica. A Secretaria Municipal de Educação conta atualmente com oito salas de recursos multifuncionais e oito laboratórios de aprendizagem para a oferta do atendimento educacional especializado. Em atuação nesses espaços existem sete profissionais designados para a função do atendimento educacional especializado. De acordo com a análise da política de inclusão escolar do município de Estrela, pode-se considerar que existe uma sobreposição sobre os dispositivos pedagógicos utilizados para a oferta do atendimento educacional especializado: sala de recursos e laboratórios. Há um avanço na oferta do atendimento educacional especializado, percebido pelos profissionais que atuam com o público da educação especial, porém o serviço público ainda mostra forte necessidade de apoio externo por parte de instituição especializada filantrópica. Pode-se constatar que o trabalho com o atendimento educacional especializado no município é algo recente, que tem avançado de acordo com as diretrizes nacionais, mas necessita de fortalecimento quanto à qualidade dos serviços.

Palavras-chaves: educação especial, inclusão escolar, atendimento educacional especializado.

LISTA DE ABREVIATURAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LABA - Laboratório de Aprendizagem

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

NEPIE - Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. O DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	9
3. METODOLOGIA	12
4. CONTEXTO: o Município de Estrela.....	13
4.1 Educação no Município.....	14
4.2 Caracterização da Rede Municipal de Ensino.....	15
4.2.1 Educação Infantil.....	15
4.2.2 Ensino Fundamental.....	16
4.3 O Sistema Educacional Municipal de Estrela.....	19
5. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PÚBLICO ALVO NO MUNICÍPIO.....	20
6. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ESTRELA.....	22
7. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE ESTRELA.....	25
7.1 As Salas de Recursos Multifuncionais.....	28
7.2 Laboratórios de Aprendizagens.....	31
7.3 Os profissionais que atuam no atendimento educacional especializado.....	34
7.4 Relação entre Município e Instituição Especializada.....	37
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE.....	45
ANEXOS.....	46

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo a análise dos processos que caracterizam a política de inclusão escolar da Rede Municipal de Ensino de Estrela/RS, com especial atenção dirigida à constituição do atendimento educacional especializado em educação especial voltado aos alunos com deficiência¹.

A escolha desse município se dá inicialmente em função de minha inserção nesta rede de ensino como professora de educação física. Além disso, considero importante destacar que se trata de um município que ocupa uma posição de destaque no contexto do Rio Grande do Sul, em função de ser polo do Programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade²”.

A escolha pelo curso de Educação Física já estava evidente desde a minha adolescência. A paixão pelos esportes surgiu mais precisamente nas séries finais do ensino fundamental. A postura da professora de educação física perante os alunos, a metodologia de adaptar os poucos materiais existentes na escola naqueles anos me fizeram adquirir admiração pelo seu trabalho e a vontade de um dia seguir o seu exemplo.

Após ingressar na universidade, comecei a perceber as potencialidades desse curso. Por meio da disciplina de psicomotricidade e com a compreensão de seus objetivos, de exploração corporal e material, vivência simbólica e desenvolvimento da comunicação, passei a descobrir uma “nova educação física”, de múltiplas possibilidades e significados. As práticas com as crianças, oportunizadas pelo curso por intermédio das disciplinas, me fizeram criar o gosto de trabalhar com as crianças, percebi o quanto os pequenos podem aprender e o quanto existe de responsabilidade na ação docente.

¹ Ao longo do presente texto, farei uso do termo aluno com deficiência, pois atualmente a Política Nacional de Educação Especial de 2008 indica, como alunos da educação especial, a tríade de alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Desta forma, ao longo do presente texto, irei utilizar o conceito de “aluno com deficiência” quando me refiro àqueles em que a deficiência ou os transtornos de desenvolvimento estão associados a dificuldades no processo de aprendizagem.

² O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, desde 2003 vem sendo implementado pelo MEC/Seesp numa lógica de municípios-pólos que exercem o papel de multiplicadores. A inspiração de tal programa é o conhecido material da UNESCO, Formação de Professores: as necessidades especiais na sala de aula.

No decorrer do curso, fui selecionada para um contrato emergencial (contrato temporário) em uma rede municipal de ensino. Com a chegada à sala de aula, deparei-me com uma aluna com deficiência visual total irreversível. Meu primeiro sentimento foi de despreparo. Stobäus (2005) explica que a preparação específica em cursos de graduação, mesmo quando existente, não chega a completar as necessidades dessa formação.

Nesse momento, senti a necessidade de buscar subsídios que pudessem auxiliar nestas práticas com a aluna deficiente visual. Desenvolvi o gosto pela leitura nessa área temática, porém as inquietações acerca do processo de inclusão permaneciam.

No mesmo período, passei a participar de um projeto de pesquisa na área da inclusão escolar intitulado “Crianças com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física”. A convivência com alunos com deficiência e o entendimento da particularidade de cada deficiência me faziam querer ir além, em busca de novos conhecimentos.

Ao término da pesquisa, surgiu um convite para participar no projeto de extensão “Psicomotricidade Relacional”, na monitoria de alunos com deficiência, em ação voltada à prática inclusiva de crianças com diferentes níveis de desenvolvimento. Foi nesse contexto que tive a oportunidade de aprender e desenvolver competências pedagógicas com um grupo misto de crianças, isto é, crianças com deficiência e sem deficiência em um grupo único. Vygotsky (1998) possibilita o acompanhamento e intervenção da aprendizagem e do desenvolvimento infantil a partir da proposição teórica da zona de desenvolvimento proximal, valorizando o processo de apropriação de novas aprendizagens.

Ao longo da experiência com a pesquisa, atuando no contexto escolar, fui ampliando a capacidade de questionar os ambientes físicos e pedagógicos. Aumentava a curiosidade sobre as possíveis barreiras e sobre as condições de acessibilidade que o aluno com deficiência se depara em seu dia a dia na escola, desde barreiras que envolvem seu deslocamento, como também, principalmente, sua aprendizagem no ambiente escolar. Assim emergem novos questionamentos acerca da organização de uma rede de ensino para a abordagem dessa problemática.

Ao concluir meu curso de graduação, percebi a necessidade de dar continuidade em meus estudos, optando pelo Curso de Especialização em

Educação Especial e Processos Inclusivos da Universidade Federal do Rio Grande de Sul. Ao ingressar nesse curso, muitas leituras, trocas de conhecimentos e, claro, novos questionamentos. O debate relativo às políticas públicas fez emergir uma inquietude sobre as políticas de inclusão escolar nos contextos específicos, como nos sistemas municipais de educação.

No decorrer desse curso de especialização, fui aprovada em concurso público para professor, na rede municipal de Estrela, sendo nomeada logo em seguida. Diante disso, avançou a certeza quanto à relevância de realizar um estudo que auxiliasse no esclarecimento acerca da questão da política de educação especial e da inclusão escolar nessa rede de ensino.

No presente estudo, serão abordados temas relativos à oferta da educação especial, à caracterização do atendimento educacional especializado e sobre as singularidades do município em termos de propostas para a formação de professores.

Para a realização do trabalho, fiz um levantamento de informações sobre o município de Estrela, um breve histórico do contexto do município, de sua educação, da rede municipal de ensino, envolvendo a Secretaria Municipal de Ensino de Estrela/RS.

2. O DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL

Quando falamos em educação especial, é importante destacar que vários foram os movimentos sociais que antecederam a legislação vigente a respeito da inclusão escolar dos alunos com deficiência.

De acordo com Januzzi (2004), historicamente os alunos com deficiência são excluídos do convívio social. Os sujeitos eram excluídos pela sociedade e muitas vezes pelos seus próprios familiares, que não os aceitavam. Tais pressupostos nos permitem denominar esses acontecimentos como o movimento de *exclusão total*.

As primeiras instituições para crianças com deficiência, pelos estudos de Bueno (1997), surgem na metade do século XVIII, em Paris, voltadas exclusivamente para crianças cegas e surdas. Constituíam-se como um internato, onde se buscava, além de uma perspectiva de recuperação, a possibilidade de algum tipo de aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades prejudicadas pela sua deficiência, ou conhecimentos e habilidades necessários ao trabalho. Muitos usuários permaneciam nestas instituições o resto de suas vidas.

No Brasil, a Educação Especial teve três momentos marcantes após a revolução industrial. Conforme relata Bueno (1997), estes momentos são:

1) o da criação de **instituições de internação**; 2) o da disseminação do atendimento, com **conflito entre instituições de internação e a escola diária**; 3) a **integração do deficiente na rede regular de ensino**. (p.169 - grifos meus)

Para o mesmo autor, as primeiras instituições para a educação especial no Brasil surgem na metade do século XIX. Influenciadas pelos modelos europeus, também se destinavam a deficientes visuais e auditivos. Esse movimento de segregação se dá até meados de 1930, quando foram criadas as primeiras classes especiais em escolas regulares.

No contexto brasileiro, após um período de existência de instituições destinadas ao atendimento a esses sujeitos, surge um investimento nas classes especiais implantadas nas décadas de 70 e 80, que serviam mais como espaços de segregação para aqueles que não se enquadravam no sistema regular de ensino do que uma possibilidade para ingresso na rede pública de alunos com necessidades especiais. (GLAT E FERNANDES, 2005)

Em meados da década de 90, no Brasil, começaram as discussões sobre o novo modelo de atendimento escolar denominado *Inclusão escolar*. Esse movimento

exige ações relativas à inclusão nas escolas, nos serviços, nas instituições e na sociedade em geral.

Na Constituição de 1988, consta, no art. 208, que o atendimento educacional especializado aos “portadores de deficiência” deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino. Para Kassar (2011), a educação passa a ser apresentada como um Direito Social, sendo uma política pública de caráter universal, gerando mudanças no sistema de ensino.

No cenário internacional, em 1994, com a aprovação da Declaração de Salamanca, foram instituídas normas-padrão sobre a equalização de oportunidades para as pessoas com deficiência. Esta declaração foi um marco muito importante no que se refere à educação dos alunos com deficiência; nela, foi fundamentado o direito de que alunos com deficiência ou não pudessem estudar juntos.

Dois anos depois, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, foi reafirmado na legislação brasileira que o ensino de alunos com deficiência deve dar-se preferencialmente na classe regular.

Para Garcia e Michels (2011), é importante destacar que o termo "preferencialmente" abre a possibilidade de que o ensino não ocorra na rede regular, mas que permaneça nas instituições especializadas. Além disso, a lei indica no Artigo 58, parágrafo 1º, que haverá, quando necessário, serviços especializados na escola regular, mas não há referência sobre quem define sua necessidade.

A resolução 02/2001 do CNE-CEB (Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica) reafirma o direito à educação especial, destacando a operacionalização deste sistema, que pode ser um atendimento de forma substitutiva.

[.] processo educacional definido com uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, **suplementar** e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns [...] (Brasil, 2001 - grifos meus).

Com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, o conceito de educação especial ganha uma nova abordagem.

A educação especial deixou de ser concebida como um sistema paralelo de ensino e passou a ser entendida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o atendimento educacional

especializado, disponibilizando os recursos e serviços e orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

O referido documento tem como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular. Orientando assim para a transversalidade da educação especial, o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização, a formação de professores, a participação da família e da comunidade, a acessibilidade e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

De acordo com essas diretrizes, a educação especial deve integrar-se ao ensino comum sem descaracterizar o que é próprio de cada um, devendo estabelecer um espaço para as suas competências.

A Resolução 04/2009 do CNE-CEB vem reafirmar a Educação Especial como ação complementar ou suplementar, porém é importante ressaltarmos que, de acordo com Baptista (2011), não mais substitutiva à escolarização no ensino comum, como ocorria em classes e escolas especiais.

3. METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido nesta monografia de especialização tem como objetivo geral analisar e descrever a política de inclusão escolar da Rede Municipal de Ensino de Estrela/RS, com atenção voltada para à constituição do atendimento educacional especializado em educação especial para alunos com deficiência.

O texto foi elaborado a partir de análise documental e de entrevistas semi-estruturadas ou contatos informais com professores e gestores. Buscou-se a realização de um diagnóstico situacional³ (anexo A) a partir das informações fornecidas pela secretaria de educação do município.

A pesquisa documental incluiu: dados estatísticos e censitários, indicadores populacionais e educacionais sobre a rede municipal de ensino, a fundamentação legal e demais normatizações e orientações para os sistemas de ensino; registros escritos da secretaria de educação do município, bem como a política de educação inclusiva municipal.

Em campo, foram realizadas entrevistas⁴ e consultas junto à gestora da educação inclusiva, entrevistas semi-estruturadas com três professoras que atuam nas salas de recursos multifuncionais e entrevista com diretora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estrela.

Esta pesquisa foi realizada utilizando a metodologia de investigação a partir do corte qualitativo por entender que o estudo, conforme Gómez, Flores e Jiménez (1996), prima por uma realidade no seu contexto natural, tentando interpretar os fenômenos estudados de acordo com os significados atribuídos pelos participantes implicados. Este tipo de estudo investiga os fenômenos, preservando a natureza do contexto e suas características, ajustando-se aos propósitos de obter uma ampla gama de informações para interpretá-las na direção do problema da temática em questão.

³ Diagnóstico situacional é uma proposta de "roteiro" para construção dos relatos municipais elaborado pela pesquisadora Francéli Brizolla no Projeto de Pesquisa "Políticas de Educação Especial e Inclusão Escolar" NEPIE – UFRGS, 2010.

⁴ Ao citar as entrevistas e as professoras entrevistadas ao longo do presente texto farei uso de nomes fictícios com o intuito de preservar a identidade das mesmas.

4. CONTEXTO: O MUNICÍPIO DE ESTRELA

Estrela é um município do estado do Rio Grande do Sul. Localizado no entrocamento entre as rodovias Presidente Kennedy (BR 386) e Rota do Sol (RST-432), um dos municípios mais antigos do Vale do Taquari. Sua população, segundo o Censo de 2010, é de 30.619 habitantes, sendo o 68º mais populoso do RS. Possui uma área de 184,2 km², é banhado pelo Rio Taquari, foi colonizado por germânicos em meados de 1849, tendo sua economia composta basicamente pelo comércio, indústria e produção primária (informações obtidas no site do município de Estrela⁵).

A cidade possui um elevado índice de desenvolvimento humano municipal, o que a situa entre os 150 melhores municípios do Brasil.

Em 2010, o município de Estrela possuía 30.619 habitante em uma área de 184,2 km², tendo assim uma densidade populacional de 166,3 hab/km². Segundo o censo de 2010, Estrela possui um total de 15.119 homens (49,3862%) e 15.500 mulheres (50,6138%). Na área rural, são 4.706 pessoas (15,37%). Dentre essas pessoas, 30,6% possuem de zero a 19 anos (9.403 habitantes).

Tabela 1. Peculiaridades populacionais de Estrela, segundo Censo Populacional - IBGE, 2010

Censo Populacional	Dados	%
População residente	30. 619 Habitantes	100 %
Homens residentes	15. 119 Habitantes	49,3 %
Mulheres residentes	15. 500 Habitantes	50,6%
Pessoas residentes de 0 a 4 anos	2.057 Habitantes	6,7%
Pessoas residentes de 5 a 9 anos	2.221 Habitantes	7,2%
Pessoas residentes de 10 a 19 anos	5.125 Habitantes	16,7%
Pessoas residentes de 20 a 29 anos	5. 453 Habitantes	17,8%
Pessoas residentes de 30 a 39 anos	4. 413 Habitantes	14,4%
Pessoas residentes de 40 a 49 anos	4. 458 Habitantes	14,5%
Pessoas residentes de 50 a 59 anos	3. 870 Habitantes	12,6%
Pessoas residentes de 60 anos ou mais idade	4. 235 Habitantes	13,8%

Fonte: Dados extraídos do site www.ibge.gov.br/cidadesat. Consultado no dia 25 de Maio de 2012.

O município se destaca no setor educacional, apresentando um dos menores índices de analfabetismo do país: 3,56. Em 2007 recebeu o selo de Município Livre de analfabetismo.

⁵ www.estrela-rs.com.br

4.1 Educação no município

O Município de Estrela possui três redes de ensino: a rede municipal, a rede estadual e a rede particular.

No quadro abaixo, temos o número de estabelecimentos no município no decorrer dos últimos anos.

Tabela 2. Estabelecimentos por rede de ensino

Estabelecimentos por nível de ensino	REDES	2005	2007	2009	2011
Educação Infantil	Municipal	21	18	18	10
	Estadual	7	5	0	0
	Particular	3	3	3	3
Ensino Fundamental	Municipal	11	11	11	11
	Estadual	8	8	7	8
	Particular	2	2	2	2
Ensino Médio	Municipal	0	0	0	0
	Estadual	5	4	4	4
	Particular	2	2	2	2

Fonte: IBGE, Censo Escolar dos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011.

Percebemos que a rede municipal possui uma importância muito elevada na educação infantil, pois é responsável pela grande maioria dos atendimentos a essa etapa de ensino no município. Em 2005, a rede estadual realizava atendimento apenas às turmas maiores da educação infantil (4 e 5 anos), e atualmente não realiza mais atendimento a esta faixa etária. Da rede particular de ensino citada na tabela acima, apenas uma escola é escola de educação infantil, as demais são escolas de ensino fundamental e médio.

Atualmente a rede municipal é a única rede no município que realiza atendimento a crianças do nível berçário (0 a 1 ano e 8 meses) na educação infantil.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394, de 1996) prevê em seu art.11 que os municípios se incumbirão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tabela 3. Matrículas por níveis e rede de ensino

Estabelecimentos por nível de ensino	REDES	2005	2007	2009	2011
Educação Infantil	Municipal	648	97	402	983
	Estadual	202	416	0	0
	Particular	178	124	150	226
Ensino Fundamental	Municipal	1655	1770	1761	1811
	Estadual	2032	2097	1905	1707
	Particular	369	371	385	440
Ensino Médio	Municipal	0	0	0	0
	Estadual	1419	1166	1152	1052
	Particular	162	179	144	164

Fonte: IBGE, Censo Escolar dos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011.

Nos últimos anos, as escolas da rede municipal de ensino apresentaram um número maior de matrículas na educação infantil e no ensino fundamental em relação às outras redes de ensino do município.

4.2 Caracterização da rede municipal de ensino

A rede municipal de ensino de Estrela é composta por duas etapas da educação básica: educação infantil e ensino fundamental. Atualmente a Secretaria Municipal de Educação possui 24 estabelecimentos de ensino que atendem 3182 alunos, nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), Ensino Fundamental (EMEFs), no Programa Mais Educação e nos Centros de Educação Integrada (CEMAIs).

Dos 24 estabelecimentos de ensino, 21 são escolas, destas, 10 escolas de educação infantil contabilizando 1.008 alunos, 11 escolas no ensino fundamental totalizando 1.804 alunos; e 03 CEMAIS.

4.2.1 Educação Infantil

Segundo registros da SMED de Estrela, a educação infantil iniciou seus atendimentos na década de 70, sendo construídas as duas primeiras escolas de educação infantil no município, uma em 1973 e a outra em 1975. Houve uma expansão expressiva na década de 90, com a criação de cinco novas escolas de educação infantil.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, art 29 e 30, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Atualmente esta etapa da educação básica possui 10 escolas da rede municipal de ensino, conforme dados na tabela.

Tabela 4. Escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino

Escolas de Educação Infantil da Rede	Número de alunos atendidos	Número de Funcionários	Alunos com deficiência
Escola Municipal de Educação Infantil ARCO-ÍRIS	113	22	--
Escola Municipal de Educação Infantil CANTINHO DO LAR	40	9	2
Escola Municipal de Educação Infantil CASA DA CRIANÇA ESTRELENSE	155	37	1
Escola Municipal de Educação Infantil CRIANÇA FELIZ	61	12	--
Escola Municipal de Educação Infantil ESTRELINHA	190	38	3
Escola Municipal de Educação Infantil GIRASSOL	106	20	1
Escola Municipal de Educação Infantil PARAÍSO	92	15	1
Escola Municipal de Educação Infantil PINGO DE GENTE	60	10	2
Escola Municipal de Educação Infantil RAIOS DE SOL	115	25	-
Escola Municipal de Educação Infantil SÃO JOÃO	76	12	3

Fonte: Informações fornecidas pela SMED

Todas as escolas apresentadas na tabela acima estão localizadas na zona urbana do município, não havendo nenhuma escola de educação infantil no interior. Porém três escolas de Ensino Fundamental localizadas no interior possuem turmas de educação infantil (de 4 e 5 anos).

4.2.2 Ensino Fundamental

A rede municipal de ensino no nível do ensino fundamental possui 11 escolas. Três destas escolas são multisseriadas, atendendo alunos da educação infantil e do 1º ao 5º ano.

Tabela 5. Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino

Escolas de Ensino Fundamental da Rede	Localização	Número de alunos atendidos	Número de Professores	Número de alunos com deficiência
Escola Municipal de Ensino Fundamental ARNALDO JOSÉ DIEL	Rural	161	16	2
Escola Municipal de Ensino Fundamental ARROIO DO OURO (Multisseriada)	Rural	22	2	2
Escola Municipal de Ensino Fundamental CÔNEGO SERENO HUGO WOLKMER	Urbana	185	15	3
Escola Municipal De Ensino Fundamental JOSÉ BONIFÁCIO	Rural	164	16	3
Escola Municipal de Ensino Fundamental LA SALLE (Multisseriada)	Rural	34	4	--
Escola Municipal de Ensino Fundamental LEO JOAS	Urbana	480	28	5
Escola Municipal de Ensino Fundamental ODILO AFONSO THOMÉ	Urbana	287	24	1
Escola Municipal de Ensino Fundamental PEDRO JORGE SCHMIDT	Rural	193	13	2
Escola Municipal de Ensino Fundamental PINHEIROS	Urbana	170	18	2
Escola Municipal de Ensino Fundamental PROFESSORA RUTH MARKUS HUBER	Urbana	80	11	3
Escola Municipal de Ensino Fundamental SENADOR PINHEIRO MACHADO	Rural	28	2	--

Fonte: Informações fornecidas pela SMED

Para atender a estes alunos, a rede municipal de ensino conta com o trabalho de 242 professores e 240 funcionários. Todas as escolas possuem professores específicos para as disciplinas de música e educação física nas séries iniciais, e no ensino fundamental há professores de informática.

Os professores têm plano de carreira próprio. Grande parcela possui licenciatura plena e/ou pós-graduação, e tem havido uma progressiva redução no percentual de professores que possuem apenas a formação em nível de Ensino Médio.

A rede Municipal de Ensino é responsável por atender a uma grande demanda de alunos no interior do município. Das 11 escolas de ensino fundamental da rede, seis estão situadas na zona rural do município. Dentre elas, a maioria iniciou as suas atividades entre os anos de 1880, 1890 e 1900.

Naquele tempo, as próprias comunidades construía as suas escolas e colégios, capelas e igrejas, hotéis e hospitais. Sem que houvesse sistema de educação, rede escolar específica, didática e pedagogia, as comunidades se reuniam para enfrentar o problema do ensino para os filhos. Alguém alugava uma sala e um membro da comunidade assumia a função de professor. As crianças aprendiam a ler, escrever e calcular.

Pelo que se tem registro na Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no plano municipal de educação, no ano de 1912 se apresentava o seguinte quadro escolar no município de Estrela.

Tabela 06. A educação no município de Estrela no ano de 1912:

Escolas públicas estaduais	556 alunos	21,4%
Escolas públicas municipais	131 alunos	5,1%
Escolas subvencionadas	83 alunos	3,1%
Escolas particulares	1828 alunos	70,4%

Fonte: Plano Municipal de Educação de Estrela/RS

Esses dados mostram que naquela época o município atuava pouco na educação do Município de Estrela, pois 70% dos alunos estudavam em escolas particulares. O ensino particular teve grande importância na educação do Município.

Alguns fatos históricos que marcam a educação do município de Estrela, conforme consta no Plano Municipal de Educação elaborado em 2007:

- Em 1873, o primeiro professor de que se tem registro é Adolfo Marder.
- Em 1890, Estrela contava com 18 (dezoito) professores.
- Em 1895, havia 6 (seis) professores da rede estadual atuando em Estrela.
- Em 1902, há registro de quatro escolas do sexo masculino, uma do sexo feminino e sete mistas, mantidas pelo Estado.
- Em 1916, há registro, na rede particular, de 20 escolas subvencionadas pelo Governo Municipal com o compromisso de ensinar português. Onze escolas não recebiam subvenção por ensinarem somente em língua alemã.
- Em 1938, foi instalada a 3ª Delegacia Regional de Educação, atendendo vários municípios da região do Vale do Taquari.

Entre os anos de 1895 a 1985 foram criadas várias escolas particulares e comunitárias em localidades do interior do município; algumas foram extintas e outras passaram para a Administração Municipal.

A rede municipal de ensino de Estrela apresenta mudanças significativas a partir de 1991, aumentando o seu número de escolas. Todas as escolas comunitárias e particulares localizados na zona rural do município passaram a ser mantidas pelo Poder Público Municipal de Educação neste ano.

4.3 O Sistema Educacional Municipal de Estrela

A partir de 2006, o Município de Estrela conta com seu Sistema Municipal de Ensino que, segundo o art. 5º da Lei 4.330, de 06 de novembro de 2006, estabelece normas que estruturam e normatizam o Sistema Municipal de Ensino.

O Conselho Municipal de Educação do Município iniciou suas atividades em 1964. Foi reestruturado pela Lei nº 4.329, de 06 de novembro de 2006. Atualmente é formado por nove membros titulares, indicados por entidades locais e nomeados pelo Prefeito Municipal.

O município possui um Plano Municipal de Educação, segundo a Lei nº 4.705, de 30 de julho de 2008. O Plano tem vigência de 10 (dez) anos, no caso, de 2007 a 2017. Foi elaborado no período de 2005 a 2008, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Para a elaboração do Plano, foi escolhida uma Comissão de 9 (nove) pessoas da rede municipal de ensino, sendo estas subdivididas por áreas temáticas.

O plano aborda a área de Educação Especial como um de seus itens, estando na sua comissão duas supervisoras da SMED. Segundo o Plano Municipal de Educação, desde a inserção do município de Estrela como Polo do Programa Federal de Educação Inclusiva (Secretaria de Educação Especial/MEC), passou-se a promover reflexões, estudos específicos e ações em relação à Inclusão.

Para Garcia (2010), a perspectiva inclusiva vem confrontando as redes municipais de ensino a uma reorganização, propondo novas demandas e redefinindo competências e responsabilidades. Da mesma forma que os municípios têm sido responsáveis em assumir a educação infantil e o ensino fundamental, junto, necessitam criar serviços para promover a educação escolar inclusiva.

O plano municipal de Educação estabelece diretrizes para a educação especial após o levantamento realizado por parte das supervisoras da SMED, onde foi elaborado um quadro contendo diagnósticos, diretrizes e objetivos para a educação especial no município de Estrela. (ANEXO Nº 01)

5. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PÚBLICO-ALVO NO MUNICÍPIO

Segundo o levantamento realizado no censo escolar de 2010, no município de Estrela estavam matriculados na rede estadual, municipal e privada um total de 330 alunos com deficiência. O número mais elevado de matrículas de alunos com deficiência se encontra na rede privada, com 168 alunos, estando após a rede estadual, com 110 alunos, e a rede municipal, com 52.

A tabela a seguir nos mostra que a maioria dos alunos com deficiência do município de Estrela se enquadram na deficiência mental, com 217 alunos conforme dados do censo escolar de 2010, seguido de 18 alunos com deficiência física, 17 com deficiência múltipla, oito com baixa visão, três com deficiência auditiva, dois com autismo, dois com Asperger, um com cegueira, um com surdez e um com TDI.

Tabela 7. Número de Matrículas de Alunos da Educação Básica do Município de Estrela em NEE por Dependência Administrativa (2010)

Matrículas - Estrela/RS					
Número de Matrículas de Alunos da Educação Básica do Município de Estrela com NEE por Dependência Administrativa					
NEE	Dependência Administrativa				
	Federal (1)	Estadual (2)	Municipal (3)	Privada (4)	
Total	0	108	44	142	294
Cegueira	0	0	1	0	
Baixa Visão	0	2	6	2	
Surdez	0	0	1	0	
Def. Auditiva	0	1	1	1	
Surdo-Cegueira	0	0	0	0	
Def. Física	0	1	7	10	
Def. Mental	0	45	31	141	
Def. Múltiplas	0	1	4	12	
Autismo	0	0	0	2	
Asperger	0	2	0	0	
Rett	0	0	0	0	
TDI	0	0	1	0	
Superdotação	0	58	0	0	

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2010)

TOTAL SOMATÓRIA:	0	110	52	168	330
-------------------------	----------	------------	-----------	------------	------------

O número de alunos com deficiência da rede municipal de ensino conforme a tabela do Censo Escolar de 2010 é de 52 alunos. Dados obtidos junto à SMED para o presente estudo apresentam apenas 36 casos de alunos com deficiência matriculados no ano de 2012, o mesmo número é apresentado pelo censo escolar

no ano de 2011, conforme consta na tabela abaixo. Podemos entender que existe uma diferença numérica de dados do ano de 2010 para o ano de 2011, enquanto do ano de 2011 para o ano de 2012 o número permanece o mesmo.

Tabela 8: Matrículas de alunos com deficiência na rede municipal por etapa de ensino:

Matricula dos alunos – Município de Estrela/RS				
NEE	Etapa de Ensino			
	EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL	
	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ENS. FUND. 8 ANOS	ENS. FUND. 9 ANOS
POSSUI NEE	3	5	5	23
CEGUEIRA	0	0	1	0
BAIXA VISÃO	0	1	1	4
SURDEZ	0	0	0	0
DEF. AUDITIVA	0	0	0	1
SURDO-CEGUEIRA	0	0	0	0
DEF. FÍSICA	1	1	1	2
DEF. MENTAL	2	4	3	15
DEF. MÚLTIPLAS	0	1	0	0
AUTISMO	0	1	0	1
ASPERGER	0	0	0	0
RETT	0	0	0	0
TDI	0	0	0	0
SUPERDOTAÇÃO	0	0	0	0

Fonte: Tabela criada pela autora com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2011.

Na rede municipal de ensino, no ano de 2012, encontram-se matriculados 36 alunos com deficiência ou síndromes, sendo indicados aqueles que possuem laudo. Destes 36 alunos, seis possuem baixa visão, 02 deficiência auditiva, 01 deficiência múltipla, 05 deficiência física, 14 deficiência mental, 02 transtornos globais do desenvolvimento e 06 síndrome de Down. Estes dados foram repassados pela Gestora da Educação Inclusiva da SMED.

[...] Os números que eu te passei são somente de alunos que apresentam laudos. E aqueles que apresentam suspeita, não foram contabilizados, temos muitos casos de TDAH e que não são computados pelo município [...]. (Supervisora da Educação Inclusiva)

Estes alunos estão distribuídos na educação infantil (13 alunos com deficiência) e no ensino fundamental (23), sendo que das 21 escolas da rede municipal, 17 têm alunos com deficiência matriculados.

6. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ESTRELA

A Rede Municipal de Ensino de Estrela baseia as suas diretrizes relativas à educação especial nas orientações do MEC e na política nacional vigente. Ao se criar um departamento da educação inclusiva na SMED no ano de 2008, inicia-se o processo de construção de uma política própria, a Política de Educação Inclusiva da Rede Municipal de Estrela, o que até então não existia.

Para a construção de uma política própria de educação inclusiva, basearam-se na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e, principalmente, nas práticas inclusivas que vinham acontecendo até então na rede.

“Pensamos que o melhor seria buscar auxílio nas nossas próprias experiências nas escolas já vivenciadas. Pesquisamos em outros lugares como no MEC, embora o MEC seja muito contraditório e utópico. Porque dentro do MEC existem duas linhas em algumas situações, por exemplo: Currículo Adaptado: no curso de formação em Brasília os palestrantes falavam completamente contra, já a revista do MEC publicava textos a favor, enfim, descobrimos que precisamos pensar a realidade, os recursos e as nossas possibilidades”. (Entrevista com Gestora do município, em 25/05/2012).

A política de inclusão do município de Estrela⁶ tem como objetivo disseminar uma política de inclusão de pessoas que – em caráter temporário, intermitente ou permanente – possuem "necessidades específicas" decorrentes de sua condição atípica e para que possam tomar parte ativa na sociedade com oportunidades iguais às daquelas da maioria da população.

Para a implementação desta política, a SMED, de acordo com o referido documento orientador, dispõe de quatro instrumentos pedagógicos para auxiliar na aprendizagem de seus alunos com deficiência. A seguir, apresento a síntese desses instrumentos de acordo com a sequência apresentada no documento da política de educação inclusiva da SMED.

1º) O plano do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e Portfólio: O trabalho com alunos com deficiência se subsidiará em planejamento denominado Plano de AEE. É um plano de competência do professor da Sala de Recursos em

⁶ A Política de Educação Inclusiva do Município de Estrela foi criada em 2008. Trata-se de um documento interno da Secretaria Municipal de Educação, ainda não normatizado, que está atualmente em prática nas escolas da rede municipal.

articulação com os demais professores do ensino regular, equipe diretiva, com a participação da família e em interface com os demais serviços necessários ao atendimento, a partir do portfólio do aluno. O portfólio deverá acompanhar o aluno na troca de série/ano, sendo que, em caso de troca de escola, deverá acompanhar uma cópia dos planos de AEE e pareceres elaborados em concordância com os envolvidos no processo.

2º) Monitores para os alunos com deficiência: A Secretaria Municipal de Educação de Estrela disponibiliza monitores a partir da real necessidade e de critérios estabelecidos. O monitor atua como suporte na execução do planejamento do professor titular, de maneira a auxiliar o aluno, sob atribuições previstas em plano próprio. Este monitor deverá ter preferencialmente magistério, interesses em trabalhar na Educação Inclusiva, tendo participação em palestras, curso de Libras, conhecimentos em Braille, entre outros.

3º) Sala de Recursos Multifuncional: A Sala de Recursos Multifuncional é o espaço físico determinado na proposta política pedagógica da escola, organizado com mobiliário, materiais didáticos e de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento às deficiências. Este espaço tem como proposta atender os alunos da Rede Municipal de Ensino de Estrela, sendo um auxílio para os professores e para os alunos com deficiência. Ao apresentar a sala de recursos, o instrumento da política de inclusão do município de Estrela explica o que é necessário para um aluno ser considerado com deficiência e, conseqüentemente, ser atendido na Sala de Recursos: precisa apresentar um laudo médico e/ou clínico de um profissional como psicólogo, neurologista, neuropediatra, neuropsicólogo ou psiquiatra.

4º) Laboratório de Aprendizagem: Os alunos com deficiência, segundo a política inclusiva da rede municipal de ensino de Estrela, contam também com o atendimento no Laboratório de Aprendizagem no contra-turno. O atendimento é realizado individualmente, em duplas ou mesmo em trios quando possível. Atualmente a rede possui oito laboratórios de aprendizagem.

Para o melhor entendimento dos instrumentos pedagógicos utilizados no documento da política de educação inclusiva da SMED, darei ênfase à constituição do atendimento educacional especializado na rede municipal de Estrela e, para tal, abordarei alguns dos instrumentos pedagógicos apresentados anteriormente.

7. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE ESTRELA

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.15) define o atendimento educacional especializado - AEE com função complementar e/ou suplementar à formação dos alunos, especificando que “o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”.

Esse atendimento constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino para apoiar o desenvolvimento dos alunos público-alvo da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades, ao longo de todo o processo de escolarização. O acesso ao AEE constitui direito do aluno cabendo à escola orientar a família e o aluno quanto à importância da participação nesse atendimento.

Dentre as ações de apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação, previstas no Decreto nº 6.571/2008, destaca-se, no art. 3º, a implantação de salas de recursos multifuncionais, definidas como “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do atendimento educacional especializado”.

Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008⁷, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, no art. 1º, estabelece que os sistemas de ensino devem matricular os alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; e no seu art.4º define o público-alvo da educação especial como:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Ret, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano,

⁷ Este Decreto foi revogado pelo decreto 611/2011, o qual incorpora todas as determinações do decreto de 2008, acrescentando a possibilidade de que os alunos que frequentem espaços exclusivos possam também receber recursos relativos ao FUNDEB.

isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

De acordo com essas diretrizes, no art. 5º, o AEE é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. A elaboração e execução do Plano de AEE são de competência dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais em articulação com os demais professores do ensino comum, com a participação da família e em interface com os demais serviços setoriais, conforme disposto no art. 9º. O art. 10º determina que o Projeto Político Pedagógico da escola deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo-o na sua organização.

Ao referir-me ao município de Estrela, indetifico que o atendimento educacional especializado teve início na rede municipal mais precisamente no ano de 2006, com a implementação da primeira Sala de Recursos Multifuncional em uma escola considerada polo do município. Os atendimentos aconteciam em dois turnos, oferecidos por duas professoras da rede. De acordo com relatos obtidos junto à SMED, a escolha por essas professoras se deu pelo fato de ambas, na época, terem concluído uma especialização na área da educação especial. Os atendimentos passaram a ser realizados uma vez por semana para cada aluno com deficiência, sendo os mesmos transportados de suas localidades até a única escola com a Sala de Recursos existente no município.

Para Baptista (2011), "a sala de recursos é um dispositivo previsto na educação especial brasileira, mas pouco utilizado até meados da primeira década deste novo século" (p. 65).

Um fato importante que antecedeu a implementação da primeira Sala de Recursos na rede municipal foi a implementação de dois laboratórios de aprendizagens no ano de 2005.

*[...] Na minha escola houve o fechamento de uma turma devido ao número de alunos e por este motivo, a sobra de uma professora, no caso eu. **Como a direção gostava do meu trabalho solicitou que eu montasse algum projeto para permanecer na escola.** Desta maneira, pesquisando sobre dificuldades de Aprendizagem, **conheci pessoas de outros estados onde havia Laboratórios de Aprendizagem e foi este o projeto que sugeri [...]** a construção do Laboratório teve apoio da direção da minha escola e da SMED no sentido de fornecer uma sala para que este pudesse ser implantado e a confiança diante do que lhes fora proposto por mim [...]. (Professora Geovana - grifos meus)*

Desta maneira, inicia-se um trabalho pioneiro com laboratório de aprendizagens por parte de uma professora da rede municipal. No ano de 2007, foram criados mais quatro laboratórios de aprendizagens em escolas polos do município. A oferta do atendimento é estendido para todas as escolas de ensino fundamental da rede municipal.

No início da Gestão 2008-2012, a Secretária de Educação criou um departamento específico para a Educação Inclusiva. Assim, no ano de 2008 foi delegada a função de “Supervisão da Educação Inclusiva” para duas professoras atuantes em sala de recursos multifuncionais. Ambas continuaram suas atividades de atendimentos nas salas de recursos, porém com alguns turnos disponíveis para a Supervisão da Educação Inclusiva. Elas ficaram neste cargo por um breve período e, a partir de 2010, apenas uma das professoras da sala de recursos permaneceu como supervisora da educação inclusiva na rede municipal de ensino de Estrela.

Estudos recentes colocam em evidência, conforme Baptista (2011), o papel das redes municipais de educação na implementação de processos inclusivos. Ao analisar o âmbito municipal da gestão das políticas públicas relativas à Educação Especial, é preciso reconhecer que, em muitos municípios, tem ocorrido um processo de sintonia com a diretriz de oferta das salas de recursos por meio da adesão a programas, como aquele que oferece os materiais para esse tipo de serviço.

Atualmente a rede municipal de ensino investigada no presente estudo conta com 8 salas de recursos multifuncionais para o ensino fundamental, sendo sete delas salas de recursos do tipo 1⁸ e apenas uma sala de recursos tipo 2⁹ (para deficiência visual). Nenhuma destas é destinada à educação infantil.

Tabela 9. O atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Estrela

Escolas de Ensino Fundamental	Localização Urbana ou Rural	Laboratório de Aprendizagens	Sala de Recursos Multifuncional
Escola Municipal de Ensino Fundamental ARNALDO JOSÉ DIEL	Rural	01	01(Tipo I)
Escola Municipal de Ensino Fundamental CÔNEGO SERENO HUGO	Urbana	01	01(Tipo I)

⁸ As salas de recursos Tipos 1 destinam-se ao atendimento prioritariamente de alunos com deficiência mental e transtornos globais de desenvolvimento, envolvendo materiais de uso pedagógico relativos à aprendizagem através de atividades lúdicas relacionadas à alfabetização, matemática, relação espaço temporal, ciências e outras áreas.

⁹ As salas do tipo 2 destinam-se a alunos com deficiência visual, contendo materiais de uso pedagógico que auxiliam no processo da aprendizagem como lupas, softwares como leitores de telas, etc.

WOLKMER			
Escola Municipal De Ensino Fundamental JOSÉ BONIFÁCIO	Rural	01	01(Tipo II)
Escola Municipal de Ensino Fundamental LEO JOAS	Urbana	01	01 (Tipo I)
Escola Municipal de Ensino Fundamental ODILO AFONSO THOMÉ	Urbana	01	01 (Tipo I)
Escola Municipal de Ensino Fundamental PEDRO JORGE SCHMIDT	Rural	01	01 (Tipo I)
Escola Municipal de Ensino Fundamental PINHEIROS	Urbana	01	01 (Tipo I)
Escola Municipal de Ensino Fundamental PROFESSORA RUTH MARKUS HUBER	Urbana	01	01 (Tipo I)

Fonte: Informações obtidas pela SMED

Para o ano de 2013, a rede tem a projeção de implementar quatro salas para a educação infantil (já solicitadas para o MEC) e transformar uma das sete salas de recursos tipo 1 existentes no ensino fundamental em tipo 2.

7.1 As Salas de Recursos Multifuncionais

A SMED de Estrela conta com um Plano de Trabalho¹⁰ para as Salas de Recursos Multifuncionais. Segundo este documento, as professoras responsáveis por essas salas devem organizar os seus atendimentos aos alunos, a partir das recomendações da equipe que os encaminhou (psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista, psiquiatra...), promovendo atividades que desenvolvem seu potencial, a sua participação e a sua aprendizagem contínua, respeitando e valorizando as diferenças.

O trabalho deve ser colaborativo entre os professores das classes comuns do ensino regular, ou seja, o professor da turma que o aluno frequenta, com o professor da sala de recursos e com as famílias. Essas salas estão abertas para atender alunos de toda a Rede de Municipal de Ensino de Estrela, procurando ser um auxílio para os professores e, especialmente para os alunos, tentando resgatar a autoestima e a autoconfiança. (ESTRELA, s/d)

Os alunos são atendidos individualmente ou em grupos, uma a duas vezes por semana, num período de 45 minutos. A proposta de programação pedagógica para a Sala de Recursos Multifuncional, conforme o plano de trabalho, fundamenta-

¹⁰ É um documento interno da SMED referente à funcionalidade do trabalho realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais disponíveis na rede municipal de Ensino, o qual será citado no presente texto como ESTRELA, s/d.

se no reconhecimento das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos.

Nas salas de recursos multifuncionais, podem ser atendidos alunos com deficiência mental, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiências múltiplas, transtorno global de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

O professor da Sala de Recursos da SMED tem as seguintes atribuições:

- Elaborar e executar o plano de AEE;
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala regular e em outros ambientes;
- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais;
- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- Ensinar a usar recursos de Tecnologia Assistiva (soroban, recursos ópticos, softwares...). (ESTRELA, s/d)

Uma das atribuições do professor de sala de recursos multifuncional citadas acima é a elaboração do plano de AEE. Este plano está presente no documento da Política de Educação Inclusiva do município como o primeiro instrumento pedagógico para o atendimento educacional especializado.

[...] na sala de recursos a gente elabora um Plano de AEE para este aluno, conforme suas habilidades e dificuldades e oportunizamos momentos em que o aluno consiga se expressar tanto oral, como também corporal. Planejamos atividades para o aluno conforme suas dificuldades e habilidades [...]. (Professora Caroline - grifos meus).

A professora relata que a elaboração do Plano do atendimento educacional especializado é a partir das habilidades e dificuldades apresentadas pelo aluno que é atendido na sala de recursos multifuncional.

[...] Quando recebemos um aluno com laudo temos que fazer um estudo do caso. É realizada uma entrevista com os pais, conversamos com a professora titular, analisamos o laudo médico e ao lidar com a criança daí sim vamos descobrindo as suas potencialidades e as suas necessidades. Assim a partir deste levantamento vamos construindo um plano que possa auxiliar este aluno a progredir e superar seus limites [...]. (Professora Amanda)

Estes professores devem realizar os seguintes trabalhos com os alunos com deficiência na Sala de Recursos Multifuncional:

- Promover ao aluno autonomia, atividade e participação;
- Promover atividades que desenvolvam: descoberta, inventividade, criatividade, habilidades cognitivas superiores (onde serão capazes de resolver problemas, de fazer escolhas, de flexibilidade...) raciocínio lógico matemático. (ESTRELA, s/d)

Conforme relatos obtidos junto às professoras que atuam na sala de recursos multifuncionais, nem sempre o trabalho que elas realizam é voltado especificamente como trabalho de sala de recursos.

*[...] As nossas aulas são de 45 minutos, são momentos nos quais nós temos que nos **'virar nos 45'** em professora, em educadora, em mãe, em fono, em psicóloga,... Tem dias em que nosso planejamento fica arquivado, pois nosso aluno não está a fim de fazer algo. Ele rola no chão, faz de conta que não nos ouve, chora, têm outros dias que conseguimos fazer parte do planejado, tudo depende de como está o nosso aluno naquele dia, temos que ter muita paciência, pois o ritmo destes alunos é muito diferente [...]. (Professora Amanda - grifos meus).*

O atendimento na sala de recursos multifuncional é muito variado, segundo relato da professora, pois depende da necessidade de cada aluno e da maneira que este chega para os atendimentos. Da mesma forma que, em alguns casos, seus atendimentos acabam se direcionando mais para a dinâmica utilizada pelo laboratório de aprendizagem.

*[...] Mas, como nós somos professores de sala de aula regular, professores de disciplina e de conteúdo, **não deixamos de dar reforço**... claro de uma forma muito lúdica, tudo com jogos, jogamos com eles, valorizamos o que eles sabem, o que fazem [...] até por que, os alunos que eu atendo não necessitam de material, de recurso específico[...]. (Professora Amanda - grifos meus)*

Podemos entender que este é um fato relacionado à configuração que o espaço da sala de recursos multifuncionais possui na rede municipal de ensino, por estar enquadrado no mesmo espaço do laboratório de aprendizagem. E porque ambos os espaços estão delegados ao mesmo profissional.

Conforme já relatado anteriormente, a rede municipal tem 23 alunos com deficiência matriculados no ensino fundamental que possuem algum tipo de laudo e/ou parecer de profissionais.

Nas salas de recursos multifuncionais atualmente são atendidos apenas 22 alunos, e nem todos apresentam laudo e/ou algum tipo de parecer. Podemos dizer que nem todos os alunos com deficiência matriculados na rede municipal de ensino estão sendo atendidos nas salas de recursos multifuncionais.

*[...] os outros dois alunos os pais não aceitaram que a escola fizesse o encaminhamento para a instituição, pois a família precisa estar disposta a acompanhar e aceitar que o filho precisa de ajuda, **infelizmente ainda existe pais que não aceitam que o filho tem dificuldades e que necessitam de uma ajuda profissional** [...]. (Professora Caroline - grifos meus)*

A Gestora da Educação Inclusiva e as professoras que atuam na sala de recursos multifuncional disseram que alguns pais não aceitam que seu filho frequente a sala de recursos multifuncional, ou até mesmo que seja feito qualquer tipo de encaminhamento para algum outro profissional.

7.2 Laboratórios de Aprendizagens

Segundo o Plano de Trabalho dos Laboratórios de Aprendizagens da SMED¹¹, estes são espaços dentro da escola que investigam e contribuem para a superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

O atendimento é realizado individualmente, em duplas ou mesmo em trios, quando possível. O aluno continua frequentando sua turma e, no turno inverso ao da aula, frequenta o laboratório, que conta com professores designados para esse atendimento.

No laboratório, são investigadas as possíveis causas de insucesso desses alunos e são criadas estratégias para superar suas dificuldades.

*[...] No Laboratório de Aprendizagem se trabalha as dificuldades do aluno, **as lacunas que ficaram das séries anteriores, sempre tentando investigar o porquê dessas dificuldades**, assim a gente propicia momentos para rever, experimentar, sabe de tentar de novo, oferecemos um atendimento especializado voltado ao lúdico [...]. (Professora Caroline)*

São também estabelecidas parcerias com as famílias dos alunos, visando comprometê-los no trabalho realizado no Laboratório. Para tal, é importante que o professor do Laboratório faça entrevista com a família e esta seja chamada sempre que haja necessidade.

O professor titular deve agir em parceria com o professor do Laboratório. A saída do aluno do Laboratório deve ocorrer assim que o professor titular e o do

¹¹ É um documento interno da SMED referente à funcionalidade do trabalho realizado nos Laboratórios de Aprendizagens disponível na rede municipal de Ensino, o qual será citado no presente texto como ESTRELA s/d B.

Laboratório perceberem a possibilidade de manter o progresso do aluno em sala de aula, visto que, deste modo, novos alunos receberão atendimento.

Todavia, seu retorno também poderá ocorrer a qualquer momento. É importante ressaltar que, de acordo com plano de trabalho do laboratório de aprendizagens, o laboratório não é o reforço escolar. Nele não são realizadas atividades de dever de casa ou reprodução de materiais de uso do professor titular, pois as atividades propostas devem ser elaboradas ludicamente.

*[...] O LABA procura identificar as lacunas, trabalhar o que a criança não adquiriu e por isso não consegue acompanhar seus colegas. Não basta que eu pense só nos conteúdos, tenho uma visão psicopedagógica sim, e não o atendimento clínico, mas busco, no autoconhecimento, no apoio familiar, no lúdico, **na resolução dos conflitos, para que essa criança desperte para o querer aprender...** [...] (Professora Geovana - grifos meus).*

Essas salas contam com materiais didático-pedagógicos para facilitar o aprendizado. A maioria dos materiais constitui-se de jogos pedagógicos e educativos. Dentre eles podemos citar: dominós, bingos, memória, trilhas, brinquedos de construção como legos, blocos lógicos etc. O brincar também se dá com a utilização de brinquedos das diversas formas, como bonecas, carrinhos, entre outros.

O professor do Laboratório deve trabalhar com as diversas possibilidades do lúdico, fornecendo ao aluno os subsídios necessários para o seu desenvolvimento. Entretanto, deve estar atento àqueles cujas dificuldades superarem sua habilitação, encaminhando-os juntamente com a escola aos devidos profissionais. (ESTRELA, s/d B)

O professor do Laboratório de Aprendizagem deve formular, à sua própria maneira, fichas de registros, que devem permanecer na escola, assim como materiais feitos pelos alunos, sendo recursos para auxiliar o professor no seu trabalho neste ambiente.

*[...] Quanto ao AEE, primeiramente é preciso pensar que todos **são capazes de aprender** [...] quando respeitados em seu tempo e despertados em seu desejo. Não podemos pensar que uma criança que tem uma deficiência nunca vá se alfabetizar. Isso também é necessário para que consiga ter a **autonomia** de, por exemplo, pegar um ônibus, tomar um remédio, lidar com dinheiro... Mas antes disso, é preciso trabalhar a autonomia, **a realização das potencialidades**, o acreditar da família na criança e o acreditar dela mesma. **A alfabetização é nosso desejo, mas em longo prazo** [...]. (Professora Geovana - grifos meus)*

A professora responsável pelo serviço reafirma a potencialidade de aprendizagem dos alunos, mas identifica que a potencialidade está entre a aprendizagem escolar e a vida do sujeito, e que a alfabetização é um desejo, porém em longo prazo.

A SMED conta com o apoio de oito Laboratórios de Aprendizagem para o atendimento educacional especializado, estes estão distribuídos nas mesmas escolas que possuem Sala de Recursos, e o atendimento ocorre pelo mesmo professor da SRM.

O laboratório de aprendizagem atende a necessidade de alguma dificuldade de aprendizagem apresentada por qualquer aluno matriculado na rede municipal de ensino, seja este da educação especial ou não.

"*Não se tem um número preciso de atendimentos prestados atualmente, o que pode variar, por se configurar como um atendimento dinâmico*", mas a Gestora da Educação Inclusiva da SMED acredita que esse número se aproxima de 150 alunos, segundo seus relatos, pois muitas vezes os professores encaminham um aluno e assim que aquela dificuldade é sanada ele já recebe alta dos atendimentos.

*[...] No laboratório de aprendizagem atendo alunos com dificuldades de aprendizagem do 1º ano ao 5º ano, sendo que os atendimentos são realizados dentro do mesmo turno. **Esses atendimentos são em duplas e trios, conforme as dificuldades diagnosticadas, tenho atualmente 34 alunos no Laba [...].** (Professora Caroline - grifos meus)*

Os atendimentos no Laboratório de Aprendizagem são ofertados por parte das escolas conforme a disponibilidade de cada profissional que atua neste espaço, sendo no próprio turno de aula do aluno. Na maioria das escolas que possuem o LABA, os atendimentos são do 1º ao 5º ano, porém isto varia conforme cada escola.

Uma das professoras entrevistadas nos relatou que realiza atendimento no LABA inclusive para alunos de 6ª e 7ª série, por se tratar de uma escola com um número menor de alunos nas séries iniciais do ensino fundamental, e, por ter apenas dois alunos na sala de recursos, pôde estender a oferta deste atendimento para as séries finais do ensino fundamental.

[...] Acredito que com estes espaços alternativos e lúdicos o LABA e sala de recursos, as crianças são beneficiadas e se sentem mais à vontade para rever suas ações, buscando soluções e superando obstáculos, sendo capazes de identificarem suas dificuldades e auxiliando na superação das mesmas [...]. (Professora Caroline)

O trabalho do laboratório de aprendizagem dentro das escolas é de suma importância para aqueles alunos que possuem algum tipo de dificuldade na aprendizagem e não podem ser atendidos nas salas de recursos multifuncionais por não se enquadrarem nesse contexto.

7.3 Os profissionais que atuam no atendimento educacional especializado

Para o atendimento educacional especializado, a rede municipal de Estrela conta atualmente com oito professoras que atuam nas salas de recursos multifuncionais e nos laboratórios de aprendizagem. Estas professoras foram designadas pela própria Secretaria Municipal de Educação de Estrela, sendo que anteriormente todas atuavam em salas comuns.

*[...] a grande maioria dos professores já trabalhavam nos LABA's e já que elas tinham cursos para sala de recursos ficaram os mesmos profissionais, **a escolha hoje se dá através dos cursos que os professores têm [...].** (Entrevista Gestora - grifos meus)*

Para a atuação neste ambiente dentro das escolas, não é realizado um processo seletivo aberto em formato de concurso público. Isso está presente no plano de carreira do magistério público do município de Estrela: os profissionais que atuarem no atendimento educacional especializado deverão ter formação e especialização adequada conforme consta no cap. VI (do recrutamento e da seleção), em parágrafo único:

Para atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos, destinada aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs), os professores deverão possuir a formação e/ou especialização adequada (Graduação, Pós-Graduação e/ou Curso de Atendimento Educacional Especializado/MEC e/ou correspondentes). (Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Estrela, 2010).

No ano de 2012, o quadro de profissionais que atuam em salas de recursos se apresenta da seguinte maneira:

Tabela 10. Professores que atuam em Salas de Recursos Multifuncionais e Laboratórios de Aprendizagens

Nº	Profissional (professor)	Atendimento em sala de recursos e laboratórios de aprendizagens	Formação
1	Amanda	2 escolas	Especialização em Educação Inclusiva
2	Sandra	1 escola	Especialização Psicopedagogia

3	Maria	1 escola	Licenciatura em Pedagogia
4	Geovana	1 escola	Especialização em Psicopedagogia
5	Caroline	1 escola	Licenciatura em Pedagogia
6	Joice	1 escola	Especialização em Psicopedagogia
7	Natalia	1 escola	Especialização em Educação Inclusiva
8	Luana	2 escolas	Curso Normal - Magistério

Fonte: Dados fornecidos pela SMED

No quadro apresentado acima, podemos destacar que das 8 (oito) professoras que atuam nas salas de recursos multifuncionais e, conseqüentemente, nos laboratórios de aprendizagem, 5 (cinco) possuem curso de especialização, 2 (duas) em educação inclusiva e 3 (três) em psicopedagogia. Das demais, 2 (duas) professoras possuem formação em pedagogia e 1 (uma) em nível de magistério.

Segundo dados obtidos com a Supervisora da Educação Inclusiva da SMED, todas as professoras que atuam nas salas de recursos multifuncionais possuem algum curso relacionado à educação inclusiva e atendimento educacional especializado (AEE).

[...] tenho magistério, pedagogia, especialização em educação inclusiva, fiz o curso em Brasília e depois fui tutora para 10 professores da rede, fiz outro curso a distância pela atuação de professores em sala de recursos, mais um pela Univeridade de Juiz de Fora [...] (Professora Amanda).

[...] minha formação é em magistério, depois licenciatura em pedagogia, tenho curso de formação de AEE de 180 horas, e tenho também curso de surdocegueira e de tecnologia assistiva [...]. (Professora Caroline)

Em conversa com as professoras que atuam na sala de recursos, percebemos que existe uma preocupação por parte dessas profissionais em continuar os seus estudos voltados à área da sua atuação profissional, participando de cursos em caráter de extensão.

No que se refere à formação do professor responsável pelo AEE, segundo Baptista (2011), as indicações da resolução 04/2009 são bastante genéricas, pois o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e a formação específica para a Educação Especial, conforme Art. 12 desta resolução. O autor nos diz que "pode-se supor que essa formação específica será bastante diversificada, considerando as potencialidades de formação e os quadros existentes nos diferentes estados brasileiros" (BAPTISTA, 2011, p. 64).

A SMED de Estrela, em sua política de inclusão escolar, apresenta, como um dos dispositivos pedagógicos, monitores como suporte para os professores da classe regular, de maneira que auxiliem o aluno com deficiência.

Atualmente a SMED conta com três monitores na inclusão escolar, sendo um para o caso de um aluno com deficiência física, outro para um aluno com deficiência múltipla e outro para um aluno com deficiência mental moderada.

Para atuar como monitor, a política de educação inclusiva da rede municipal de Estrela (2007) sugere critérios para seleção. O monitor deverá ter:

- *Conhecimentos pedagógicos (preferencialmente magistério);*
- *Carga horária: de acordo com a necessidade do aluno com deficiência;*
- *Interesse em trabalhar na educação inclusiva, levando-se em conta cursos de formação continuada específica em "NEE", tendo, preferencialmente, participação em palestras, cursos de libras, conhecimentos em Braille, entre outros.*

A disponibilização de um monitor para a escola obedece os seguintes critérios estabelecidos pela SMED:

- *Necessidade de auxílio do aluno para locomover-se, alimentar-se, realizar a higiene pessoal - falta de autonomia.*
- *Laudo médico e/ou clínico atestando a deficiência que o aluno apresenta;*
- *Número elevado de alunos da sala de aula regular em que o aluno se encontra matriculado;*
- *Grau de necessidade de acordo com o número de atendimentos especializados (psicóloga, psicopedagoga, fonaudióloga, psiquiatra, fisioterapeuta, serviços de enfermagem, neurologia...). (ESTRELA, 2008)*

Os professores que realizam o atendimento educacional especializado encontram-se mensalmente com a equipe de Supervisoras da SMED para trocar experiências e esclarecer dúvidas em relação aos atendimentos prestados.

[...] Ocorrem reuniões na sala da supervisão, onde todas as professoras se encontram para debatermos, planejarmos e termos orientações com uma professora da 3ª CRE que está mais inteirada sobre as leis [...]. (Professora Amanda)

Em entrevista com as professoras que atuam no atendimento educacional especializado, uma delas nos relata uma fragilidade que a rede municipal de ensino de Estrela possui: a falta de uma equipe de apoio, de profissionais especializados para o atendimento aos alunos com deficiência.

*[...] O melhor trabalho neste sentido seria **termos toda uma rede de apoio para o atendimento destes nossos alunos, como um neuro, fono, psicóloga, fisioterapeuta**. Pois isto é o que sugerem os estudiosos na área, e que também é afirmado nos cursos, **mas não é exatamente a realidade que temos aqui [...]. (Professora Amanda - grifos meus)***

Ao se depararem com algum tipo de dificuldade no seu trabalho, segundo relatos das professoras do atendimento educacional especializado, elas necessitam buscar esse apoio em uma entidade filantrópica, pois a rede municipal não tem uma equipe de profissionais para esse tipo de apoio.

7.4 Relação entre Município e Instituição Especializada

A rede municipal de ensino de Estrela conta com a parceria de uma instituição especializada para atendimentos ao público-alvo da educação especial no município.

Esta instituição é a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Atualmente a APAE de Estrela constitui-se em dois segmentos: a Escola de Educação Especial Cantinho do Sorriso, que atende 43 alunos de educação especial e é organizada por ciclos, tendo turma de ensino fundamental e de EJA (Educação de Jovens e Adultos). O segundo segmento é a Clínica da APAE, que oferece atendimentos clínicos para alunos com deficiência oriundos das redes de ensino municipal, estadual e particular do município de Estrela, e alunos de outros municípios.

A APAE é uma entidade privada de caráter filantrópico, cuja manutenção é associada a convênios com órgãos públicos.

*[...] da Secretaria Estadual de Educação através de bolsas de estudos para os alunos e a cedência de uma professora. E hoje a gente recebe ajuda do FUNDEB do governo federal, sendo que o município apenas repassa essa verba, por parte do município recebemos ajuda para a merenda escolar [...]. **E temos o nosso credenciamento com o SUS**, existem casos de contrapartidas, às vezes temos alguns projetos e o município entra com uma contra partida. (Diretora da APAE Estrela - grifos meus)*

Conforme consta no Plano Municipal de Educação do Município de Estrela em um de seus itens, após o levantamento de dados, a SMED realizou um diagnóstico sobre a educação especial no município e organizou diretrizes e objetivos para a educação especial.

	DIAGNÓSTICO	DIRETRIZES	OBJETIVOS
7.	A escola de Educação Especial Cantinho do Sorriso é mantida por recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, Secretaria Estadual da Educação (através da cedência de um professor e de 20 bolsas para a educação especial) recursos municipais (Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde e Assistência	Assegurar recursos para garantir o atendimento prestado pela instituição.	Articular órgão (Federais, estaduais e municipais) e entidades a fim de garantir a continuidade e ampliação dos serviços prestados.

	Social), recursos do SUS (sistema Único de Saúde), doações e promoções realizadas pela entidade.		
--	--	--	--

Fonte: Trecho extraído do plano municipal de educação de Estrela, anexo B.

Segundo as informações obtidas junto à instituição, os 43 alunos matriculados na Escola de Educação Especial Cantinho do Sorriso têm matrícula e frequência exclusivamente destinada a esse espaço educativo. Destes alunos, quatro são do ensino fundamental e 39 de turmas do EJA.

Os alunos frequentam pela manhã a modalidade do EJA na Escola Cantinho do Sorriso, e à tarde participam de um projeto de oficinas laborais. Também frequentam este projeto alunos com deficiência de municípios vizinhos.

A APAE conta ainda com a sua Clínica, onde realiza atendimentos com uma equipe de profissionais, composta conforme quadro abaixo:

Tabela 12. Equipe de Profissionais da Clínica da APAE

Quantidade	Profissional
01	Médico Psiquiatra
03	Psicólogo
01	Fonoaudiólogo
01	Psicopedagogo
02	Estimuladores Precoces
01	Terapeuta Ocupacional
01	Educador Físico
01	Assistente Social

Fonte: Dados fornecidos pela APAE de Estrela

Os alunos que recebem atendimento Clínico na APAE chegam até a instituição mediante encaminhamentos realizados pela Assistência Social do município de Estrela.

A APAE possui em seu cronograma mensal um dia no qual a Instituição destina suas atividades para o atendimento às escolas de ensino regular. Isso ocorre todas as últimas terças-feiras do mês. É um dia em que as professoras de todas as redes participam de um "momento de trocas de experiências" com os profissionais que atuam no Atendimento Clínico da APAE, a fim de receberem informações sobre seus alunos. É um momento de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado.

[...] Também temos reuniões com os profissionais da APAE, que nos orientam e passam seus estudos e suas conclusões sobre os alunos que temos em comum [...]. (Professora Amanda)

Segundo relatos da diretora da APAE, existe um bom canal de comunicação entre as escolas e a instituição.

[...] Nós trabalhamos num tripé que achamos importante: APAE - ESCOLA e FAMÍLIA, acreditamos muito que se o tripé estiver bem o aluno estará bem. Isso está funcionando bem, principalmente com as escolas do município percebemos isso, até porque o município tem um suporte melhor, tem as salas de recursos, tem os laboratórios de aprendizagens. [...] isso reflete diretamente no aluno, na qualidade do atendimento, percebemos a qualidade do município, por também possuírem os LABA's, juntamente com as Salas de Recursos, na melhoria que os alunos vêm tendo, porque conseguimos enfatizar bem mais o aluno e isso é muito bom [...]. (Diretora da APAE Estrela - grifos meus)

Acredito que seja necessário o diálogo constante entre os profissionais que atuam diretamente com o aluno com deficiência, para que todos trabalhem em sintonia, tendo como objetivo central do seu trabalho a evolução do aluno com deficiência.

É importante ressaltar que o município de Estrela é um dos 14 municípios polos do Estado do Rio Grande do Sul de inclusão escolar, pelo Programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, através da Secretaria de Educação Especial SEESP/MEC¹² desde o ano de 2004. Ao longo destes últimos anos Estrela tem desenvolvido ações para os seus municípios de abrangência, como a realização dos Seminários de Formação de Gestores e Educadores com a periodicidade de um a cada ano.

¹² A Secretaria de Educação Especial SEESP/MEC passou a ser a SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, destaquei os aspectos que permitem uma análise relativa à política de inclusão escolar do município de Estrela. Nesse sentido, foram descritos serviços, indicados os sujeitos – alunos e profissionais -, analisados procedimentos de seleção e de formação de professores. Além disso, busquei enfatizar as ações da secretaria e as possíveis parcerias.

No que se refere aos serviços de atendimento educacional especializado, há um evidente destaque de serviços que tendem a se instituir como complementares à escolarização. De acordo com a análise da política de inclusão escolar do município de Estrela, pode-se considerar que existe uma sobreposição nos dispositivos pedagógicos utilizados para a oferta do atendimento educacional especializado: sala de recursos e laboratórios.

Percebe-se a necessidade de um maior esclarecimento quanto à função de cada dispositivo, quais são os objetivos de dois dispositivos pedagógicos diferentes: o laboratório de aprendizagem e a sala de recursos.

É possível constatar que muitos dos atendimentos ofertados na sala de recursos acabam se enquadrando melhor na dinâmica utilizada pelo laboratório de aprendizagem. Este fato deve-se à configuração que o espaço da sala de recursos multifuncionais possui na rede municipal de ensino, por estar situado no mesmo espaço do laboratório de aprendizagem, e porque ambos são atribuídos ao mesmo profissional.

O surgimento de um dispositivo como o laboratório de aprendizagem, segundo relato de uma das professoras entrevistadas, é associado a uma posição pessoal de disponibilidade e interesse para a implantação e ampliação, pois ao invés de uma escola, passa a ser para toda a rede municipal. Nesse sentido, parece haver uma conexão entre os interesses individuais e o espaço público, sendo de muito menor peso a identificação de um problema ou desafio que poderia ser alvo da proposição de um novo serviço.

Parece evidente que existe um avanço na oferta do atendimento educacional especializado na rede municipal de Estrela, o que também é percebido pelos profissionais que atuam com o público da educação especial. Porém, o serviço público ainda necessita de apoio externo realizado por instituição especializada filantrópica.

Há poucos dados disponíveis na rede municipal de ensino, pois faltou um olhar contínuo aos atendimentos prestados no decorrer dos últimos anos. Isso não se restringe somente aos dados apresentados ao longo do presente estudo, pois percebemos que o número de alunos com deficiência matriculados na rede não é o mesmo número de alunos atendido nas salas de recursos multifuncionais.

Da mesma forma, a política de inclusão escolar desse município apresenta uma fragilidade no que diz respeito à educação infantil, pois a Rede Municipal de Ensino do município de Estrela não oferece o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência que estão matriculados nesta etapa da educação básica.

Outra evidência que destaco diz respeito aos profissionais que atuam no atendimento educacional especializado. Constatou-se que o curso de psicopedagogia está sendo compreendido como suficiente para atuar em sala de recursos, pois, das sete profissionais que atuam no atendimento na sala de recursos, três possuem essa formação como especialização. Estas professoras estão ocupando um cargo cujo contexto e necessidade exige um especialista em educação especial.

Considero necessário ter um olhar mais atento para a educação especial no município de Estrela, por este se configurar como município polo de inclusão escolar para o Programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, por meio da Secretaria de Educação Especial SEESP/MEC, e exercer o papel de multiplicador na formação de professores.

O trabalho com o atendimento educacional especializado no município é algo recente, e tem avançado de acordo com as diretrizes nacionais, mas precisa investir no fortalecimento da qualidade dos serviços.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. [online]. 2011 vol.17, n.spe1, pp. 59-76. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382011000400006>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília - Senado Federal, Censo Gráfico, 1988.

_____. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, 23 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara Básica. Resolução CNE/CBE 02/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001.

_____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de setembro de 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n.º 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, 5 de outubro de 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n.º 13/2009**. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, 25 de setembro de 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica.

_____. Ministério da Educação. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BUENO, José Geraldo Silveira. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, Marcos Cezar do (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

DADOS DO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS Disponível em www.estrela-rs.com.br.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/salamanca.txt>. Acesso em 16 abril 2012.

ESTRELA, **Política de Educação Inclusiva da Rede Municipal de Educação de Estrela**, 2008 (documento interno da rede).

_____. **Sala de Recursos Multifuncional**, s/d.

_____. **Laboratório de Aprendizagem**, s/d B.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso, MICHELS. Maria Helena Michels. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. vol.17 nºspe1, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382011000400009>.

GLAT, Rosana. FERNANDES, Edicléa. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. In: **Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de educação Especial**. V.1, n1 (out.2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. P.35-39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>. Acessos em: 10 março. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar**. 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acessos em: 10 março. 2012.

JANUZZI, G. S. M. (2004). **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação Especial e Pierre Bourdieu: algumas contribuições. In: **Educação Especial: diálogo e pluralidade**/Claudio Roberto Baptista, Katia Regina Moreno Caiado e Denise Meyrelles de Jesus...et alii - Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

KASSAR Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. vol.17 nº spe 1 Marília Maio/Agosto. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382011000400005>.

STOBÄUS, Claus, MOSQUERA, Juan José. Ideários da educação especial através de depoimentos de professores e seus alunos. In: **Educação inclusiva e necessidade educacionais especiais**/Soraia Freitas, David Rodrigues, Ruy Kregbs (orgs). Santa Maria, Ed. UFSM, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS INCLUSIVOS

Aluna: Daniela Diesel

Orientador: Professor Dr. Claudio Roberto Baptista

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Trata-se de termo relativo à construção da monografia de final de curso intitulada: **A política de inclusão escolar e a oferta do atendimento educacional especializado do município de Estrela/RS**, objetivo descrever e analisar a política de inclusão escolar da Rede Municipal de Ensino de Estrela/RS, com especial atenção dirigida à constituição do atendimento educacional especializado em educação especial voltado aos alunos com deficiência.

Solicita-se aos participantes a leitura, e, em caso de concordância, a assinatura deste “Termo” para que se resguarde a ética e se preservem seus direitos legais.

É dada a liberdade de colaborar, de não participar ou desistir a qualquer momento deste estudo, não havendo nenhuma alteração ou prejuízo presente ou futuro. Todas as informações obtidas durante a coleta de dados (imagens, entrevistas, conversas e observações) serão confidenciais e utilizadas exclusivamente para cumprir os objetivos deste projeto de pesquisa. Tais dados estarão sempre sobre sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

Eu, _____, estou ciente e de acordo com os termos acima apresentados para a realização da entrevista.

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Daniela Diesel

Porto Alegre, ____ de _____ de 2012.

ANEXO A - PROPOSTA DE ROTEIRO ELABORADA POR FRANCÉLI BRIZOLLA

NO PROJETO DE PESQUISA "POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR", NEPIE – UFRGS, 2010.

Proposta de “roteiro” para construção dos relatos municipais SITUAÇÃO DE PARTIDA – “diagnóstico situacional”

Descrição: exercício de revelação de aspectos sócio-histórico-políticos e educacionais constitutivos da modalidade de educação especial no município e sua (possível) interface com a gestão da política inclusiva.

Indicadores:

Considerar os elementos cruciais do contexto social e educacional de cada município, considerados condicionantes - facilitadores ou desafiadores – à implementação e ao avanço das políticas de inclusão.

Meta:

Construção de um **histórico sobre a “educação especial” no município** (com prioridade para aspectos relativos à rede municipal). Relato composto tanto por dados qualitativos quanto quantitativos, em caráter de complementaridade, *observando*:

A. Período histórico das políticas abordadas no relato (exemplo: situação pré e pós- LDB 1996, Diretrizes 2001, Política 2008, Decreto 2008, Resolução 2009, entre outros) Quais destes instrumentos, de fato, foram deflagradores de políticas/ações? Quais marcos legais? Portanto, a partir de qual período o município começa a construção da sua política municipal de inclusão escolar e em qual perspectiva se encontrava?;

B. Principais características da estrutura dos serviços de educação especial

oferecidos no/s referido/s período/s (formação dos professores; locais de atendimento; função do atendimento – complementação ou substituição à escolarização comum; alunos atendidos; estrutura física das escolas; serviços e recursos disponibilizados, etc.);

C. Questões ATUAIS

(a) “Espaço” e “sentido” do Setor/Departamento de Educação Especial/Inclusão no organograma e na estrutura dos setores das secretarias municipais (políticas específicas; políticas inter-departamentais; políticas inter-secretariais, etc.);

(b) Principais ações/políticas na administração da INCLUSÃO ESCOLAR:

- filosofia de trabalho da educação especial/paradigma/bases teóricas;

- ações administrativas efetivas:

* transformação dos espaços especializados [quais? Quantos? Como?] em espaços de apoio;

* reorientação da atuação do professor especializado em educação especial;

* criação de salas de recursos [critérios; locais; especificidades, etc.];

* políticas de formação continuada de professores;

* demais questões sobre a inclusão escolar no município e seu alinhamento [ou não] com a política federal.

(c) Interface entre a política de inclusão escolar proposta pela secretaria municipal e as escolas [dinâmica ou estratégia de ação utilizada para fazer esta política, principais resistências, pontos positivos, etc.]

(d) Recursos e finanças para a área, investimentos de infra-estrutura e recursos humanos exigidos pela inclusão escolar [como foram realizados, verbas, critérios, etc].

(e) Parcerias:

* com MEC/SEESP

* outras. Comentá-las.

D. Informações estatísticas complementares ATUAIS:

1. Alunos

1.1 Número **TOTAL DE ALUNOS com NEE e/ou DEFICIÊNCIAS:**

() Baixa Visão

() Cegueira

() Surdez

- SurdoCegueira
- Deficiência Múltipla
- Deficiência Física
- Deficiência Mental
- TDAH
- Transtornos Invasivos/Globais do desenvolvimento (Autismo, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger, psicose infantil, outros)
- Síndrome de Down
- Altas Habilidades/Superdotação
- Outros

1.2 Número TOTAL DE ALUNOS INCLUÍDOS nas classes comuns:

- Baixa Visão
- Cegueira
- Surdez
- SurdoCegueira
- Deficiência Múltipla
- Deficiência Física
- Deficiência Mental
- TDAH
- Transtornos Invasivos/Globais do desenvolvimento (Autismo, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger, psicose infantil, outros)
- Síndrome de Down
- Altas Habilidades/Superdotação
- Outros
- Não há alunos com estas características incluídos nas classes comuns

2. Espaços, Serviços e Recursos

2.1 Número **TOTAL DE ESCOLAS** que prestam **ATENDIMENTO** aos alunos com NEE e/ou DEFICIÊNCIAS:

2.2 Número de **CLASSES ESPECIAIS**:

2.2 Número de **CLASSES ESPECIAIS** (por deficiência):

2.3 Número de **SALAS DE RECURSOS**:

2.4 Número de **SALAS DE RECURSOS** (por deficiência/NEE):

2.5 Número de **ESCOLAS/TURMAS COM ALUNOS INCLUÍDOS**:

2.6 Outros SERVIÇOS de natureza **MULTIDISCIPLINAR** oferecidos [ex.: serviços de saúde, assistência social, terapia ocupacional, etc.]:

2.7 Centro educacional especializado:

2.8 **Condições de ACESSIBILIDADE**:

(a) Total de escolas adaptadas (prédios, rampas, elevadores, plataforma móvel, banheiros adaptados, sinalização visual, tátil, sonora, etc.):

3. Professores

3.1 **TOTAL DE PROFESSORES ESPECIALIZADOS** na área da EDUCAÇÃO ESPECIAL:

- graduados. Especifique cursos:
- pós-graduados. Especifique cursos/áreas:

3.2 **ESPAÇOS DE ATUAÇÃO** dos professores especializados nas escolas:

- classes especiais
- sala de recursos
- turmas comuns
- coordenação pedagógica, etc.
- outro:

3.3 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

(a) A Secretaria oferece educação continuada na área da educação especial ou educação inclusiva?

- não
- sim. Cite:

4. Gestão

4.1 Aspectos pedagógicos

(a) A Secretaria constituiu uma política (diretrizes, legislação, etc.) voltada à adequação

das instituições da rede na perspectiva da educação inclusiva?

não

sim. Especificar:

(b) A Secretaria tem algum setor/órgão responsável pela gestão da educação especial?

não

sim. Especificar:

(c) A Secretaria tem algum programa de educação profissional para alunos com necessidades educacionais especiais?

não

sim, PRÓPRIO. Especificar:

sim, em PARCERIA com:

(d) A Secretaria trabalha com *indicadores de qualidade* de funcionamento dos espaços, recursos e serviços oferecidos aos alunos com necessidades educacionais especiais?

não

sim. Especificar os indicadores utilizados:

4.2 Aspectos administrativos

(a) A Secretaria tem um sistema de conhecimento, acompanhamento e análise da demanda de alunos com necessidades educacionais especiais, além da informação censitária escolar?

não

sim. Especificar:

(b) A Secretaria organiza e/ou participa de programas e parcerias voltadas ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, conforme segue:

Área de estimulação precoce:

não sim. Órgão (s) de parceria:

Testes de acuidade visual e auditiva

não

sim. Órgão (s) de parceria:

Orteses e próteses

não

sim. Órgão (s) de parceria:

(c) A Secretaria oferece transporte adaptado aos alunos que apresentam dificuldades de locomoção?

não

sim. Órgão(s) de parceria:

(d) Quais e qual percentual de recursos e verbas orçamentárias são destinadas à área da educação especial?

(e) Quais instituições privadas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva em educação especial no município, são apoiadas técnica e financeiramente pela rede municipal, no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais? (repasso de verbas; cedência de professores; etc.). Como se constitui esse apoio e qual a configuração dos serviços oferecidos por essas instituições?



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA

Rua Julio de Castilhos, 380 – Centro – Estrela/RS
Fone: 39811000

7. Não há bibliografia e material didático-pedagógico em quantidade suficiente para o atendimento dessa modalidade, na rede municipal de ensino.	Garantir o acesso a materiais didáticos/pedagógicos e bibliografia para a EJA.	Prever a aquisição de material didático-pedagógico e bibliografia para o atendimento com qualidade.
--	--	---

4.2.2 Educação Especial

Ao longo da história, as pessoas com necessidades especiais vêm ultrapassando barreiras e superando a discriminação e o preconceito. No Brasil, a primeira escola especial, criada em 1854, foi o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, no Rio de Janeiro. Já no século XX, as Sociedades Pestalozzi e APAEs passaram a oferecer programas de reabilitação e de educação especial.

Nota-se que, até o momento, o atendimento particular, incluindo o oferecido por Entidades Filantrópicas, é responsável por quase metade de toda a educação especial do país.

A Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, veio assegurar o direito de todos à educação pública e gratuita, o que contribuiu fortemente para a criação dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 4024/61 aponta diretrizes para a política da educação dos excepcionais. Na década de 80 surgiu um movimento nacional de defesa do direito das pessoas com deficiências de serem inseridas na escola, no trabalho e na comunidade.

Em 1994, o Brasil optou pela constituição de um sistema educacional inclusivo, ao concordar com a Declaração Mundial da Educação para Todos, acordada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, em consonância com os postulados de Salamanca (Espanha, 1994).

A promoção da Educação Inclusiva, fundamentada no princípio da universalização do acesso e atenção à diversidade, requer ainda muita reflexão e trabalho. É um desafio para os sistemas de ensino, implicando na definição de políticas públicas traduzidas em ações planejadas, implementadas e avaliadas. São necessárias transformações nos processos de gestão, na formação dos professores, na metodologia e na estrutura física das instituições, enfim, na construção de uma nova organização escolar.

A Organização Mundial de Saúde estima que em torno de 10% da população têm necessidades educacionais especiais que podem ser de diversas ordens: visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades.

Sabe-se que a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais não se faz apenas por diretrizes ou decretos. Ela é construída na escola, por todos seus integrantes através do debate, da análise, da socialização das práticas pedagógicas positivas e das dificuldades encontradas, visando o aprimoramento das competências de todos os educandos e a promoção da aprendizagem, contemplando as necessidades educacionais específicas.

Desde a inserção do Município de Estrela como Pólo do Programa Federal de Educação Inclusiva (Secretaria de Educação Especial/MEC), passou-se a promover reflexões, estudos específicos e ações em relação à Inclusão.

DIAGNÓSTICO	DIRETRIZES	OBJETIVOS
1. Não há estatísticas exatas sobre o número real de pessoas com necessidades especiais no	Manter a busca constante de dados estatísticos sobre o número real de pessoas com	Acompanhar, nos 10 anos, junto aos demais serviços do Município, os dados



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA

Rua Julio de Castilhos, 380 – Centro – Estrela/RS
 Fone: 39811000

Município.	necessidades especiais no Município, através de parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social.	referentes ao número de pessoas com necessidades especiais.
2. Através de levantamento realizado no ano de 2006, constatou-se que 27 pessoas com deficiência, entre 0 e 18 anos, não freqüentam escola, seja ela regular ou especial.	Integrar na rede de ensino o maior número de pessoas com necessidades educativas especiais que estejam em idade escolar.	Garantir atendimento especializado a pessoas com necessidades educativas especiais, seja em classe regular ou especial. Prover, conforme legislação, a certificação por especificidade.
3. A partir de 2005, Estrela passou a ser Município-pólo do Programa Federal de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, possibilitando reflexão e novas posturas frente à legislação e à realidade que se tem.	Manter a vinculação do Município com o referido Programa.	Manter, nos 10 anos, a busca por parcerias que visem a melhoria da qualidade da educação inclusiva.
4. A rede de ensino e o serviço de saúde do município encaminham à APAE, para avaliação e atendimento com profissionais especializados, pessoas que se enquadram nos critérios estabelecidos. Porém os atendimentos não são suficientes.	Garantir e ampliar a avaliação e o atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais através de convênios.	Possibilitar, nos 10 anos, avaliação e atendimento com profissionais especializados aos alunos com necessidades educativas especiais.
5. Em 2004, 2005 e 2006 foi realizado o teste de Acuidade Visual. Nos dois primeiros anos as crianças detectadas receberam óculos, através da 16ª Coordenadoria Regional de Saúde. Quanto ao teste de Acuidade Auditiva, não há registros de sua realização no Município.	Garantir em parceria com o Estado do Rio Grande do Sul e Secretaria Municipal de Saúde, conforme previsto no Plano Nacional de Educação, a aplicação anual dos referidos testes.	Realizar anualmente o teste de Acuidade Visual, nas instituições de ensino. Buscar parcerias para a realização do teste de Acuidade Auditiva.
6. Há, no Município, uma Escola de Educação Especial, que se destina ao atendimento de crianças, jovens e adultos, com deficiência mental, múltipla e condutas típicas. Em 2007, atende 120 alunos.	Priorizar a continuidade do convênio que permite o atendimento dos alunos do município prestado pela instituição.	Assegurar o atendimento, nos 10 anos.
7. A Escola de Educação Especial Cantinho do Sorriso é mantida com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, Secretaria Estadual de Educação (através da cedência de um professor e de 20 bolsas para a educação especial),	Assegurar recursos para garantir o atendimento prestado pela instituição.	Articular órgãos (federais, estaduais e municipais) e entidades a fim de garantir a continuidade e ampliação dos serviços prestados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA

Rua Julio de Castilhos, 380 – Centro – Estrela/RS
 Fone: 39811000

recursos municipais (Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social), recursos do SUS (Sistema Único de Saúde), doações e promoções realizadas pela entidade.		
8. A equipe da APAE oferece apoio para os alunos inseridos na rede regular de ensino, bem como, para aqueles incluídos no mercado de trabalho.	Favorecer a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais.	Colaborar para a inclusão das pessoas com deficiência, sensibilizando os diversos setores da comunidade.
9. Mantidas pela rede estadual de ensino e atendendo um total 14 alunos, em 2007 estão em funcionamento no Município duas Classes Especiais na Área da Deficiência Mental.	Compete ao Estado.	Compete ao Estado.
10. O Estado dispõe no município uma Sala de Recursos para o Desenvolvimento de Potenciais, em escola da rede estadual, atendendo em média 30 alunos da própria escola no turno inverso.	Compete ao Estado.	Compete ao Estado.
11. Através de parceria com o MEC no Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, existe, na rede municipal, uma Sala de Recursos Multifuncionais. São atendidos, em média, 10 alunos de escolas municipais, no turno inverso.	Qualificar e ampliar, progressivamente, o atendimento prestado na Sala de Recursos.	Ampliar o atendimento na Sala de Recursos, conforme necessidades. Estimular a formação específica aos profissionais nas diferentes áreas de atendimento. Elaborar novos projetos para, em parceria com o MEC, adquirir mais uma sala de recursos.
12. Os alunos com deficiência visual e auditiva recebem atendimento educacional especializado em escolas da rede estadual do Município de Lajeado.	Assegurar a continuidade do atendimento aos alunos com deficiência visual e auditiva.	Garantir e apoiar, nos 10 anos, a continuidade do atendimento prestado.
13. Nos anos de 2005 e 2006, um professor da rede municipal recebeu formação especializada em Baixa Visão/Cegueira e dois em Deficiência Auditiva/Surdez. Em 2006, duas professoras participaram de curso de Educação à Distância, específica para atendimento em sala de Recursos Multifuncionais.	Oferecer condições para que ocorra formação nos diferentes tipos (áreas) de necessidades educativas especiais.	Estimular a formação principalmente para o trabalho com alunos que apresentam Condutas Típicas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA

Rua Julio de Castilhos, 380 – Centro – Estrela/RS
 Fone: 39811000

<p>14. Os profissionais que atuam na Escola Especial, Classes Especiais e Salas de Recursos no Município de Estrela possuem habilitação específica. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo promove, anualmente, dentro do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cursos de formação de professores em Educação Inclusiva. Como Município-pólo do referido Programa, está sendo oferecido em 2007 um curso de 180h, na modalidade de EAD (Educação a Distância), para 10 professores da rede municipal, visando qualificar o atendimento educacional especializado.</p>	<p>Manter o quadro de profissionais habilitado para atuar com alunos com necessidades educativas especiais.</p>	<p>Prover, nos 10 anos, através da busca de novas parcerias e manutenção das já existentes, programas de formação para os profissionais da educação.</p>
<p>15. Poucas escolas do Município oferecem acessibilidade aos alunos com deficiência física.</p>	<p>Adaptar a estrutura física das instituições de ensino.</p>	<p>Planejar e executar, nos 10 anos, a adaptação dos espaços físicos das instituições de ensino, gradativamente.</p>
<p>16. O Município dispõe de um ônibus adaptado para o transporte escolar de cadeirantes, atendendo às necessidades.</p>	<p>Manter este atendimento no Município aos alunos com necessidades especiais de locomoção.</p>	<p>Adequar, nos 10 anos, o transporte escolar, de acordo com as necessidades.</p>
<p>17. As escolas do Município dispõem de recursos didáticos e materiais pedagógicos necessários ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.</p>	<p>Ampliar o fornecimento e uso de equipamentos de multimídia e informática, como apoio a alunos com necessidades educativas especiais, buscando parcerias.</p>	<p>Ampliar, nos 10 anos, a disponibilidade de materiais didáticos e pedagógicos, bem como materiais permanentes, para o melhor atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.</p>
<p>18. O Município conta com uma rede de apoio e proteção às pessoas com deficiência, oferecendo atendimento nas áreas da Saúde, Promoção Social, Obras e Infra-estrutura, Esportes, Transportes, entre outras.</p>	<p>Priorizar a manutenção da rede de apoio.</p>	<p>Incentivar, nos 10 anos, a realização de atividades voltadas ao esporte, buscando parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.</p>
<p>19. A Secretaria de Saúde e Assistência Social encaminha usuários para avaliação e atendimento por profissionais especializados.</p>	<p>Garantir e ampliar, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, os convênios para a avaliação e o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais.</p>	<p>Possibilitar avaliação e atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, com profissionais especializados.</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA

Rua Julio de Castilhos, 380 – Centro – Estrela/RS
 Fone: 39811000

<p>20. Solicitações de órteses e próteses são encaminhadas à 16ª Coordenadoria Regional de Saúde pela Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social.</p>	<p>Assegurar a continuidade dos encaminhamentos para solicitação de órteses e próteses em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.</p>	<p>Identificar e encaminhar a demanda existente que ainda não foi beneficiada por este serviço em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.</p>
<p>21. Pessoas com transtornos mentais com deficiência associada são atendidas no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).</p>	<p>Manter parceria entre as Secretarias da Saúde e Educação para identificação desta demanda.</p>	<p>Identificar e encaminhar devidamente as pessoas com transtornos mentais com deficiência associada.</p>